

PROGRAMA DE INICIAÇÃO DESPORTIVA

O Programa de Iniciação Desportiva almeja ser um meio de socialização, promoção da a saúde e das práticas desportivas nas modalidades Handebol, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Natação, Xadrez, Tênis de Mesa, Atletismo, Judô, além de treinamento e participação em torneios e campeonatos.

O ENSINO PELA PESQUISA

A prática da pesquisa dos professores deve refletir no processo de ensino. A pesquisa, segundo Soczek e Alencastro (2012, p.52) é “um elemento fundante, norteador e incentivador da prática educativa”.

Verificar a frequência das atividades físicas e/ou esportivas de estudantes colabora para análise do comportamento sedentário, a redução das aulas de educação física e dos espaços de atividades de lazer contribui para a inatividade das crianças e adolescentes (Daniel *et al*, 2014; Guerra, Farias Junior e Florindo, 2016).

Para Hallal e colaboradores (2006), famílias com maior escolaridade praticam mais atividade física. As transformações sociais, econômicas e culturais impõem mudanças comportamentais que interferem na prática de exercícios físicos, no desenvolvimento de hábitos saudáveis e na manutenção por longo tempo (Gonçalves *et al*, 2007).

POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Starepravo *et al*.(2011) é necessário políticas públicas de esporte e lazer para além de si, meros programas esportivos ou iniciativa voltada ao direito do cidadão ao lazer, compreendido como fenômeno estanque ou isolado de um contexto social.

A análise da proposta pedagógica, relacionada com a rotina dos estudantes e a oferta de políticas públicas não deve assumir um olhar de “esportização”, transformando o tempo livre em jogos normatizados, esportes regulamentados e institucionalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que estudar o consumo e aquisição de hábitos de esporte e lazer, compreender suas relações e interrelações, coopera para verificar a partir do que, onde e em que espaço se desenvolve a atividade rotineira.

Pretende-se estudar as políticas públicas de esporte e lazer, mapear o espaço social, entender as relações entre seus agentes, compreender quais foram efetivadas com êxito, preteridas ou que não passaram de propostas. (STAREPRAVO *et al*, 2011).

O Estado tem obrigação de atender anseios abrangentes, para além dos interesses privados de grupos hegemônicos. O desenvolvimento econômico faz com que tenha que dividir funções a fim de solucionar de problemas, manter a paz, assegurar a ordem social e promover o desenvolvimento nacional (CARNOY, 1990).



REFERÊNCIAS

- CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus. 1990.
- DANIEL, C. G.; GUIMARÃES, G.; AERTS, D. R. G. D. C.; RIETH, S.; BAPTISTA, R. R.; JACOB, M. H. V. M. Imagem corporal, atividade física e estado nutricional em adolescentes no sul do Brasil. *Aletheia*. Núm. 45. p. 128-138. 2014.
- GONÇALVES, H.; HALLAL, P. C.; AMORIM, T. C.; ARAÚJO, C. L.; MENEZES, A. Fatores socioculturais e nível de atividade física no início da adolescência. *Rev. Panam. Salud Publica*. Vol. 22. Num. 4. p. 246-253. 2007.
- GUERRA, P. H.; FARIAS JUNIOR, J. C.; FLORINDO, A. A. Comportamento sedentário em crianças e adolescentes brasileiros: revisão sistemática. *Rev. Saúde Pública*. Vol. 50. Num. 9. p. 1-15. 2016.
- HALLAL, P. C.; Bertoldi, A. D.; Gonçalves, H.; Victora, C. G. *Prevalência de sedentarismo e fatores associados em adolescentes de 10-12 anos de idade*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Vol. 22. Num. 6. p. 1277-1287. 2006.
- SOCZEK Daniel, Mario ALENCASTRO. Pesquisa acadêmica em instituições de ensino superior particulares: desafios e perspectivas. *Revista Intersaberes*, vol.7, n.13, p. 46 –66, jan. – jun. 2012.
- STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J. de; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 17, p. 233-251, 2011.

